



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 8ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS-2013

2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48

No sexto dia do mês de Junho de 2013, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta: **1º) Expedientes; 2º) Informes e Assuntos Gerais; 3º) Relato das Comissões; 4º) Debate sobre a Implantação de Centros de Reinserção Social para Presos dependentes químicos no Estado do RS; 5º) Debates e encaminhamentos. Titulares:** Camila Jacques, Zilá Cohen, Odil Gomes, João Pawlak, Ana Valls, Sonia Silvestrin, Alfredo Gonçalves, Alcides Pozzobon, Carlos Weber, Maria Silva, Sonia de Souza, Luiz Pinheiro, Juliana Wingert, Vera Leonardi, Arlei Santos, Eni Bahia, Lúcia Silveira, Cristiane Pegoraro, Ronaldo Bordin, Sandra Leon, Rafaeli da Silva **Suplentes:** Leonildo Mariani, Adão Zanandrea, Jaime Berdias, Claudio Augustin, Liane Gabe, Carlos Martins, Ana Moreira, Jane Pilar, Sandra Schmitt, Sandra Silva, Leila Ghizzoni. **2º) Informes e Assuntos Gerais:** O conselheiro Odil abre as inscrições. Ana Valls, da Agapan, faz uso da voz. Ela relembra que o dia anterior foi o Dia Mundial do Meio Ambiente e lamenta o fato de não haver muito a comemorar, considerando os cortes das árvores feitos na cidade, apesar das manifestações. Ana lamenta a desconsideração no Brasil inteiro com o meio ambiente. Ela compara isso a outras áreas, como a saúde, onde também há lamentações quanto à precária condição. Ana comenta sobre uma declaração desrespeitosa feita pelo Ministro das Telecomunicações, Paulo Bernardo, referente às radiações eletromagnéticas emitidas pelo telefone celular. Ela lamenta o ministro defender os interesses das empresas, uma vez que a própria Organização Mundial de Saúde classificou as radiações referentes como classe 2 nos tipos de poluição. Ana também comenta que esses problemas consequentes do uso abusivo de telefones celulares terá que ser remediado pelo SUS e propõe que a situação deveria ser discutida numa futura Plenária, sob o risco de não conseguir se evitar casos de câncer cerebral. Juliano, que trabalha no Centro de Referência em Redução de Danos na Escola de Saúde Pública, faz um informe referente às políticas sobre drogas do Rio Grande do Sul, mais especificamente sobre o dia 10 de maio, em um fórum sobre drogas, que iniciou uma conferência com proposta temática definida como “Políticas Públicas sobre Drogas, Diversidade, Redes e Direitos Humanos”. A conferência previu a etapa preparatória para o período de 1º de março a 31 de julho, as etapas municipais para o de 1º de agosto à 30 de novembro, etapas regionais entre 1º de janeiro de 2014 a 30 de abril de 2014 e a etapa estadual na primeira dezena de junho de 2014. Ele descreve os grupos de trabalho envolvidos e informa como se inscrever para participar dos mesmos. Ana Maria, do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, convida a Plenária para um Seminário, dia 12 de Maio, para discutir a saúde mental, em pontos como falta de leito entre outros. Ela cita os grupos com presença já confirmada, assim como algumas autoridades. Márcia, da Escola de Saúde Pública, cita alguns casos recentes de violência e opressão sofrida por mulheres e diz haver importância da reabertura da Comissão de Saúde da Mulher. Cristiane, do Conselho Regional de Psicologia, faz uso da voz e lamenta que não houve presença de membro algum do CES na audiência do fechamento das APAES e, em seguida, relata sobre a reunião, onde houve denúncias de repasses de recursos que deveriam ter sido feitos às APAES, sob responsabilidade das Prefeituras, e que não estavam sendo feitos. Ela comenta que há a formação de um grupo de trabalho para tratar da legislação sobre o repasse desses recursos. Valdirene faz uso da voz e relembra a Plenária do Seminário Macrorregional das Missões e passa algumas informações referentes ao evento, como os assuntos que se tratarão, bem como o cronograma dele. Eni Bahia faz uso da voz e diz não poder participar do Seminário, mas diz ser de suma importância que os conselheiros da base estejam presentes. Cícero, residente em saúde mental pela UFRGS, se manifesta. Ele aponta duas pautas que quer tratar. A primeira é o relato do encontro com o MP sobre a reinserção na sociedade dos presidiários viciados em drogas. Ele fala que havia

49 um projeto de estruturação do presídio que visa isolar os drogados. Cícero passa para a segunda  
50 pauta que deseja tratar, pois a primeira será discutida depois, no debate. Ele fala sobre o Hospital  
51 Psiquiátrico São Pedro e as propostas de desmonte, e opina sobre a saúde dos idosos que estão lá  
52 dentro, que podem ainda precisar de um cuidado especial, não podendo ter a autonomia dada. João  
53 Pawlak faz uso da voz. Ele faz um relato da ida do CES à Tramandaí, onde numa reunião fizeram  
54 um novo regimento interno da Comissão Gestora do Hospital de Tramandaí e elegeram, também, o  
55 conselho gestor do hospital. João fala que o convênio, que acaba em setembro, deve ser revisto  
56 para que o conselho seja paritário. **1º) Expedientes:** Alfredo Gonçalves, representante da CUT, diz  
57 ter recebido um parecer do senador Paulo Paim, que é contrário à proposta de lei que trata da  
58 internação compulsória. Ele comenta que o CMS de Alta Floresta, Mato Grosso, assinou um termo  
59 de ajuste de conduta, derrubando a terceirização da saúde no município. Referente ao programa  
60 mais médicos, Alfredo diz que no Nordeste está com problemas para atrair profissionais da saúde,  
61 com muitos municípios não recebendo algum. Fala também de um seminário no dia 21 de junho,  
62 com tema Responsabilidade Civil na Saúde e explica alguns itens da programação. Comenta sobre o  
63 PID e relata alguns recursos que o CES receberá e que serão distribuídos aos CMS. Convida para  
64 uma reunião do CIST no dia 19 de junho, sobre o fato dos Ministérios não trabalharem em  
65 conjunto. Odil Gomes faz uso da voz e reclama o fato dos CMS estarem mal localizados, mal  
66 estruturados, mal divulgados e mal capacitado de profissionais. **4º) Debate sobre a Implantação  
67 de Centros de Reinserção Social para Presos dependentes químicos no Estado do RS:** Sônia  
68 Pinheiro inicia o ponto da pauta e convoca os interessados a se manifestar. Jane Pilar, representante  
69 da SES, faz uso da voz. Ela fala sobre seus trabalhos e alguns históricos do ponto, comenta sobre  
70 uma audiência pública feita no dia anterior e convida o CES a opinar sobre isso e finaliza os relatos  
71 comentando sobre a manifestação do Ministério em relação ao assunto e à posição da SES. Jane  
72 oferece a apresentação de um powerpoint sobre a posição do Ministério e convoca Paula para falar  
73 sobre o assunto. Paula, visitante, comenta sobre a nota técnica da posição do SES contra a proposta  
74 feita pela Secretaria de Segurança, que fere as diretrizes e legislações do SUS e das propostas de  
75 reforma de saúde mental estadual e federal, pois, segundo a legislação, as internações das pessoas  
76 que ainda têm necessidade de cuidados especiais devem ser feitas em hospitais comuns. Ela diz  
77 haver leitos suficientes para tratar desses doentes. Comenta também sobre equipes especiais para  
78 tratar dos prisioneiros, formadas por representantes da SUSEPE, de profissionais da saúde de alguns  
79 órgãos, e sobre o método de tratamento. Paula diz que a nota técnica dita já havia sido  
80 disponibilizada para apreciação dos conselheiros e apresenta a nota técnica do Ministério. Aline, do  
81 Coletivo Gaúcho Residente, se manifesta e diz, em nome do Coletivo, que apoia o tratamento dos  
82 prisioneiros dependentes químicos em hospitais comuns, em vez de um específico, como que em  
83 cárcere. Carla Neura, da Saúde da População Prisional, faz uso da voz e fortalece a necessidade dos  
84 presos dependentes químicos serem tratados em hospitais comuns, em vez de fazer como a proposta  
85 do Estado, de construir hospitais específicos para o caso. Ela comenta que se deve também levar em  
86 conta profissionais de outras áreas, como a do Direito etc, e também que os hospitais separados  
87 podem rotular socialmente os dependentes químicos. Lúcio Barcelos, visitante, se manifesta. Ele diz  
88 que se deve discutir o ponto do debate junto a uma discussão sobre a atual conjuntura do SUS.  
89 Lúcio diz que apesar de ser público, o SUS está beneficiando muito o setor privado, uma vez que os  
90 equipamentos são todos comprados deste. Ele critica o fato da maioria dos leitos hospitalares serem  
91 privados. Lúcio comenta sobre a proposta de construção do Centro de Reinserção Social, que não  
92 foi possível realizar a licitação, pois não havia empresas suficientes. Fala também sobre a minoria  
93 dos médicos que são concursados trabalhando nos presídios, enquanto a maioria é terceirizada, e  
94 que há grupos médicos em quantidade inferior à necessária. Ele comenta a superlotação dos  
95 presídios e a diferença entre drogados e traficantes. Volta ao ponto da necessidade de tratar desse  
96 assunto junto com a atual conjuntura do SUS, que não está obedecendo a constituição, por não ser  
97 de atendimento universal, imediato e de qualidade. Lúcio comenta que provavelmente a proposta do  
98 Secretário de Segurança tem um interesse por trás. Ele comenta que os leitos no Hospital Vila Nova  
99 não são bem estruturados. Também fala sobre as duas drogas que mais matam no Brasil, que são o  
100 tabaco e o álcool, e que não há muitas campanhas bem-feitas em prol da redução do consumo

101 desses. Relata sobre uma pesquisa que pediu aos estudantes da UFRGS sobre o perfil dos usuários  
102 de crack em Porto Alegre, e que a quantidade desses é inferior aos de tabaco e álcool. Ele questiona  
103 a consideração do uso do crack como epidemia. Comenta que o serviço de CAPS AD em Porto  
104 Alegre está sendo fornecido pelo Hospital Mãe de Deus, quando deveria ser pelo Estado. O mesmo,  
105 segundo Odil, estaria acontecendo em Canoas. Vera Leonardi, representante do CREFITO, comenta  
106 que o argumento da construção do hospital específico para prisioneiros viciados em drogas é que  
107 seus serviços têm custo menor e as condições precárias das prisões. Ela diz concordar que a  
108 condição do presídio está realmente precária, mas o hospital específico não vai solucionar esse  
109 problema, além do fato do fácil acesso de prisioneiros às drogas, que pode se repetir nesse outro  
110 estabelecimento de saúde. Vera comenta que será feito na Secretaria Municipal de Saúde um grupo  
111 de trabalho para estudar o quanto vão colaborar para o plano da Secretaria de Segurança. Odil inicia  
112 o debate, dando 3 minutos de fala para cada inscrito. Márcia é a primeira a fazer uso da voz. Ela  
113 comenta que o Brasil, junto com a Rússia e o México, são os três países de maior consumo de  
114 álcool. Diz ter ido a primeira e única Conferência Nacional de Comunicação, onde a maioria ficou a  
115 favor dos empresários. Por orientação do conselho nacional de psicologia, havia uma proposta para  
116 regulamentar a propaganda de consumo de álcool, mas foi rejeitada na conferência. Em seguida ela  
117 fala sobre Osmar Terra, que teve inúmeras chances de ser Secretário de Saúde, e como secretário  
118 acompanhou várias Conferências de Saúde, onde foram aprovadas as propostas em relação às  
119 questões de saúde mental, mas agora quer implementar algo que antes rejeitava. Cícero é o próximo  
120 na manifestação e relê algumas provocações feitas no dia anterior, na reunião no MP. A primeira é a  
121 questão do isolamento dos presidiários dependentes e pergunta se não deveriam ir na raiz do  
122 problema, atrás dos barões das drogas, em vez de ficar segregando os usuários e prendendo  
123 traficantes, que são só a ponta. A segunda questão é “Quem está pensando na continuidade do  
124 cuidado e o acompanhamento pós-alta dos pacientes?”. Comenta alguns outros problemas, como a  
125 abordagem policial, onde os brigadianos não têm apoio da assistência social. Jaime, psicólogo, faz  
126 uso da voz. Diz ter sido vítima de um espancamento dentro de um hospital de saúde. Falou já ter  
127 denunciado ao MP. Trabalhou em vários hospitais e viu que isso ocorreu também com outros  
128 técnicos de enfermagem. Comentou que teve casos de estupro e que os pacientes mais fracos  
129 apanham dos outros mais fortes. Ele fala que se deve considerar a periculosidade dos presos que  
130 estão sendo enviados a hospitais comuns. Quando denunciou ao MP, foi demitido. Cláudio se  
131 manifesta em seguida. Diz que o CES deve se posicionar de duas maneiras bem claras. A primeira é  
132 incluir essas questões no PES. A segunda é ter uma resolução sobre isso e uma disputa política  
133 quanto essa questão. Comenta que a posição do CES é clara e deve-se fazer algo. Lairton se  
134 manifesta e diz que se deve rever a política de drogas que há. Pergunta por que não se pega o valor  
135 aplicado nos hospitais especiais e se aplica na melhor estruturação dos hospitais comuns, melhor  
136 capacitação de profissionais etc. Sandra Leon faz uso da voz. Chama a atenção para o fato de que os  
137 prédios serão construídos independente da posição do CES e de outras entidades de saúde, então  
138 deve-se ver como vão interferir na questão. Em seguida ela comenta sobre a proibição da  
139 divulgação da questão do álcool e lamenta a aprovação do projeto lei do Osmar Terra e comenta  
140 alguns pontos da lei. Comenta sobre a última segunda-feira, quando, na Assembléia Legislativa,  
141 houve um diálogo sobre Saúde Mental e Direitos Humanos, onde houve umas falas interessantes. A  
142 primeira foi que o projeto de lei de Osmar Terra foi aprovado. Ela comenta que se deve tomar  
143 cuidado com isso, pois foi aprovado na Câmara, então ainda tem chance de se lutar contra. Cristiane  
144 é a seguinte a fazer uso da voz. Concorda que se deve fazer uma resolução. Ela diz que as  
145 internações compulsórias já estão sendo feitas e é isso que está fazendo elas terem uma reação  
146 violenta. Comenta que esse projeto originou um embate dentro do próprio Governo. Odil abre as  
147 inscrições para respostas. Aline se manifesta e recorda que o projeto da reunião do dia anterior  
148 tardou a ser apresentada à Secretaria de Saúde. Diz que se deve rever a legislação referente às  
149 drogas, que mais serve para encarcerar pobres. Paula dá continuidade a conselheira anterior,  
150 dizendo que acha o assunto uma boa proposta de pauta. Ela comenta sobre a questão do crescimento  
151 da privatização, ditas antes pelo Lucio, e estima que não seja verdade. Paula diz que os testemunhos  
152 dos conselheiros sobre os hospitais específicos para dependentes químicos foram todos relevantes e

153 que houve uma posição madura. Ela comenta também que precisam fazer uma agenda política, para  
154 que esse tema seja debatido nos três poderes. Paula comenta que o SUS ainda é pouco conhecido e  
155 que devem fazer uma maior publicidade sobre a situação da saúde pública. Paula diz que há uma  
156 contra-proposta, que se aproxima ao que se vem fazendo com relação à política de atenção integral  
157 a usuários de drogas, e que se deve ter um cuidado para não fazer uma segregação dentro da  
158 segregação. Comenta sobre o jeito que os usuários de drogas são acolhidos nos hospitais e questiona  
159 como se faz esse acolhimento, se esse acolhimento vem de um decreto e não de um desejo. Critica  
160 que a rede de CAPS tem sido cada vez mais privada, assim como os leitos, que também são  
161 privativos. Relata que tem sido feito um grande investimento sobre o assunto e que ele deve ser  
162 considerado no PES, além de que se deve dar apoio maior aos funcionários. Sobre a segregação e as  
163 contradições dentro do governo, diz ser comum nas gestões. Reforça a ideia da agenda política para  
164 tratar do assunto. Carla comenta que, uma vez que a maioria decidiu ser contra a construção desse  
165 hospital, essa opinião sobreporá a do Secretário de Segurança. Diz também que há necessidade de  
166 uma cooperação entre a SES e o CES. Ela registra também que o controle social deve ser mais  
167 encarado como uma parceria entre a SES e o CES. Lúcio faz o fechamento. Ele começa falando  
168 sobre o que Paulo disse antes. Diz que o CES tem condições de fazer um movimento público contra  
169 a proposta da Secretaria de Segurança. Comenta sobre as pesquisas da UFRGS sobre os usuários de  
170 crack e que poderiam ser repetidas em outros municípios. Lamenta os projetos de privatização da  
171 saúde, que não são por acaso. Questiona os 10% que a união deveria repassar à saúde. Jane  
172 relembra que até o dia 20 tem um edital do IPESUS de um projeto de pesquisa de aperfeiçoamento  
173 do SUS. Odil relembra os fatos da exclusão social dos leprosos e compara a segregação dos  
174 usuários de drogas. Ana Valls realiza a votação em questão da contrariedade à proposta da  
175 Secretaria de Segurança, que foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, Odil  
176 Gomes, Coordenador da Mesa Diretora do CES/RS, deu por encerrada a reunião, da qual eu, João  
177 Pedro Brutschin Severo, lavrei a presente ata que, após leitura e aprovação, será assinada pela Mesa  
178 Diretora. Porto Alegre, 6 de junho de 2013.

179

180 Paulo Humberto Gomes da Silva  
181 Presidente do CES/RS

Célia Chaves  
Vice Presidente do CES/RS

182

183

184 Alfredo Gonçalves  
185 Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro  
Coordenadora do CES/RS

186

187

188 Jairo Francisco Tessari  
189 Coordenador do CES/RS

Elemar Sand  
Coordenador do CES/RS

190

191

192 Carlos Alberto Ebeling Duarte  
193 Coordenador do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes  
Coordenador do CES/RS